

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2024.

(Da Sra. Adriana Ventura)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre faixas de remuneração na administração pública brasileira e as distorções entre os três poderes em funções de natureza similar.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com o objetivo de debater faixas de remuneração na administração pública brasileira e as distorções entre os três poderes em funções de natureza similar:

- a) **Representante do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos** - Para oferecer informações sobre as políticas salariais vigentes na administração pública brasileira e discutir as distorções salariais entre os três poderes, apresentando dados e análises sobre a composição das remunerações e os critérios adotados para sua definição.
- b) **Diretor Geral da Câmara dos Deputados:** Como representante do Poder Legislativo, pode trazer uma perspectiva sobre as remunerações dos servidores da Câmara e do Senado Federal, além de contribuir com informações sobre as iniciativas em curso para promover a equidade salarial e a transparência no setor público.



- c) **Representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ):** Para apresentar a visão do Poder Judiciário em relação às remunerações dos servidores do Judiciário, discutindo as políticas de valorização dos servidores e as medidas adotadas para combater possíveis distorções salariais.
- d) **Nelson Barbosa**, pesquisador da área, Professor Titular da EESP/FGV e Professor Adjunto da UnB: para tratar de modelo de reforma da remuneração dos servidores públicos brasileiros inspirado no modelo norte-americano.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de realizar uma audiência pública dedicada às faixas de remuneração na administração pública brasileira e as distorções entre os três poderes em funções de natureza similar surge da necessidade premente de promover uma análise aprofundada sobre a equidade e a justiça salarial no serviço público. Esta iniciativa se justifica pela importância estratégica de promover um debate transparente e democrático sobre as disparidades salariais entre os diferentes poderes, visando assegurar a valorização dos servidores públicos e a eficiência na gestão dos recursos públicos.

Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer que a administração pública enfrenta desafios significativos em relação à sua estrutura salarial, especialmente no que diz respeito às distinções entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Embora as funções desempenhadas pelos servidores públicos sejam muitas vezes semelhantes em termos de responsabilidades e complexidade, observam-se diferenças salariais consideráveis entre os servidores de diferentes poderes, o que pode gerar injustiças e insatisfação no funcionalismo público.



A audiência proposta visa abordar uma série de temas relacionados às faixas de remuneração na administração pública brasileira, incluindo a análise das tabelas salariais e dos benefícios oferecidos pelos três poderes, a identificação de distorções salariais e privilégios injustificados, e a discussão de medidas para promover a equidade salarial e a valorização dos servidores públicos.

Além disso, é importante destacar que a realização desta audiência pública permitirá a participação de representantes dos três poderes, especialistas em gestão pública, bem como da sociedade civil em geral. Será uma oportunidade para debater propostas concretas para reduzir as disparidades salariais, promover a transparência na gestão dos recursos públicos e fortalecer a meritocracia e a eficiência no serviço público.

A participação de autoridades e especialistas nos debates sobre faixas de remuneração na administração pública brasileira é fundamental para garantir uma análise completa e abrangente da situação atual e para identificar medidas que possam contribuir para a construção de uma estrutura salarial mais justa, equitativa e sustentável. A transparência, a participação e a accountability são valores fundamentais que devem orientar a formulação de políticas salariais no serviço público, visando assegurar a valorização e o reconhecimento do trabalho dos servidores públicos em todas as esferas de governo.

Sala da Comissão, de abril de 2024.

Deputada **ADRIANA VENTURA**
NOVO/SP

